



**ELIANE SILVA DOS SANTOS CRUZ**

**VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS: O NÃO-DITO DA  
VÍTIMA E SUAS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS**

**Cuiabá/MT  
2023**

**ELIANE SILVA DOS SANTOS CRUZ**

**VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS: O NÃO-DITO DA  
VÍTIMA E SUAS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Avaliadora do Departamento de Psicologia, da Faculdade de Cuiabá – FASIPE, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientador (a): Prof<sup>o</sup> Diego Anizio da Silva

**Cuiabá/MT  
2023**

**ELIANE SILVA DOS SANTOS CRUZ**

**VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS: O NÃO-DITO DA  
VÍTIMA E SUAS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Avaliadora do Curso de Psicologia – da Faculdade Fasipe Cuiabá - FASIPE Cuiabá, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Aprovado em 26 / 06 / 2023.

---

**DIEGO ANIZIO DA SILVA**

Professor (a) Orientador (a)  
Departamento de Psicologia – FASIPE

---

**OLGA A. LEIVA CABELLO DE SANTANA**

Professor (a) Avaliador (a)  
Departamento de Psicologia – FASIPE

---

**VIVIANE MARQUES CAPPONI**

Professor (a) Avaliador (a)  
Departamento de Psicologia – FASIPE

---

**JOSÉ GUEDES VIEIRA**

Coordenador (a) do Curso de Psicologia  
Departamento de Psicologia – FASIPE

**Cuiabá/MT  
2023**

## **DEDICATORIA**

À Deus, pelo dom da vida e por caminhar comigo em todos os desafios que me apareceu ao longo do caminho. Aos amores da minha vida, o meu combustível diário, minha força, minha razão de continuar e seguir em frente: Gabriel Santos, Gustavo Cauã e Júlia Gabrielly.

## **AGRADECIMENTO**

- Quero começar agradecendo, primeiramente, a Deus, porque se não fosse através dele, não teria chegado até aqui.

- Agradeço ao meu orientador, Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Diego Anizio, por toda a paciência, carinho, dedicação e assessoramento todas as vezes que precisei. Muito obrigado!

- A minha mãe Iracema que estava sempre ao meu lado, se dedicando ao máximo para me ajudar. Aconselhando-me e mostrando-me todos os caminhos certos a percorrer.

- As minhas amigas-companheiras que caminharam comigo durante todo curso, Luciana, Celma, Levina, Katiliane, Vivian, Raquel Jully e Josiele. Cada uma com o seu jeito me conquistou e me auxiliou nesta caminhada. Todos aqueles trabalhos, provas, risadas, brincadeiras, estágios, estudos de caso, supervisões. Muito obrigada! Vencemos!!!!

- E em especial sou muito grata a você Luciana, que foi um anjo em minha vida no momento que mais precisei. Gratidão.

CRUZ, Eliane Silva dos Santos. **VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS: O NÃO-DITO DA VÍTIMA E SUAS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS**. 2023. 46 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro Educacional FASIPE – CUIABÀ.

## RESUMO

O objetivo deste projeto é analisar o silêncio das vítimas de violência sexual, as imagens vinculadas e ecos de cenas familiares. Metodologicamente, o estudo está fundamentado nos métodos psicanalíticos e envolve levantamento bibliográfico sobre o tema. O abuso sexual de crianças e adolescentes muitas vezes afeta a vida da vítima. Embora a violência sexual afete milhões de crianças e adolescentes no Brasil e no mundo, ela ainda é subnotificada. O abuso sexual infantil não é um fenômeno novo, surgiu ao longo da história da cultura moderna e ocidental e hoje é criminalizado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Este estudo teve como objetivo conceituar o abuso sexual infantil, seu processo de silenciamento e suas repercussões na vida adulta. O conceito de proteção da criança especialmente em relação à violência sexual, é uma nova construção social. E atender a esse fenômeno é um desafio contemporâneo. Por outro lado, ainda há dificuldade em entender a criança como sujeito de direitos e, portanto, incompreensões sobre seus respectivos direitos sexuais. Reconhecemos, portanto, que, para garantir a proteção, muitos dos direitos das crianças são violados. Assim, com esta revisão bibliográfica, pretendemos aprofundar o conceito de abuso sexual infantil, bem como focar na interseção da cultura da masculinidade e sua influência silenciosa. Concluimos que o abuso sexual infantil é majoritariamente perpetrado por familiares e por isso existe uma relação de dependência entre autor de violência sexual e a vítima. Os autores de violência sexual também se usam de um pacto de silêncio para com as crianças, e vemos que os efeitos negativos na vida dos adultos podem ser graves.

**Palavras chaves:** Abuso sexual. Família. Silenciamento.

## **ABSTRACT**

The aim of this project is to analyze the silence of victims of sexual violence, the linked images and echoes of familiar scenes. Methodologically, the study is based on psychoanalytical methods and involves a bibliographic survey on the subject. Sexual abuse of children and adolescents often affects the victim's life. Although sexual violence affects millions of children and adolescents in Brazil and around the world, it is still underreported. Child sexual abuse is not a new phenomenon, it has emerged throughout the history of modern and western culture and is now criminalized in the Child and Adolescent Statute (ECA). This study aimed to conceptualize child sexual abuse, its silencing process and its repercussions in adult life. The concept of child protection, especially in relation to sexual violence, is a new social construction. And meeting this phenomenon is a contemporary challenge. On the other hand, there is still difficulty in understanding the child as a subject of rights and, therefore, misunderstandings about their respective sexual rights. We therefore recognize that, in order to ensure protection, many of the rights of children are violated. Thus, with this bibliographic review, we intend to deepen the concept of child sexual abuse, as well as focus on the intersection of the culture of masculinity and its silent influence. We conclude that child sexual abuse is mostly perpetrated by family members and therefore there is a dependency relationship between the perpetrator of sexual violence and the victim. The perpetrators of sexual violence also use a pact of silence towards children, and we see that the negative effects on the lives of adults can be serious.

Keywords: Sexual abuse. Family. Muting.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1.1 Justificativa</b> .....	10
<b>1.2 Problematização</b> .....	12
<b>1.3 Objetivos</b> .....	13
1.3.1 Objetivo Geral .....	13
1.3.2 Objetivos Específicos .....	13
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	14
<b>2.1 Infância e o abuso sexual: perspectivas históricas</b> .....	14
<b>2.2 Criança vítima da violência sexual</b> .....	18
<b>2.3 O não-dito da vítima frente ao abuso sexual</b> .....	22
<b>2.4 Violência, trauma e retornos</b> .....	25
<b>2.5 Abuso sexual sob a ótica psicanalítica</b> .....	27
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	35
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	38
<b>REFERÊNCIAS</b>	



## 1. INTRODUÇÃO

O abuso sexual envolve uma gama de comportamentos que implicam uma rede de silêncio, tolerância, conivência, medo e impunidade para o familiar abusivo, bem como para amigos, vizinhos, parceiros de escola/trabalho/lazer, professores e pessoal dos serviços de saúde e segurança (FERRARI, 2000).

Desse modo, falar sobre esse assunto é de muita relevância social, pois a violência sexual é um rompimento para com os direitos humanos, está que pela dignidade dos males, pode estar sendo comparada ao método cruel e desonroso, pois a criança é afetada em toda sua estrutura psíquica, ignorando que essa criança e adolescente devem estar amparadas dos seus direitos fundamentais e específicos ao ser humano, sem danos à sua dignidade psíquica, moral e física.

Segundo Faleiros (2000, p. 18), a violência sexual é “sempre muito grave, e a gravidade depende fundamentalmente do nível de consciência e intimidade, do papel de autoridade e responsabilidade quanto à vítima”. A extensão da violência física utilizada pode ser: (estupro, ferimento, tortura, assassinato) e suas possíveis consequências (aborto, gravidez, mãe incestuosa, graves sequelas físicas e psicológicas, morte).

Por ser um crime que a maior parte das vezes acontece no âmbito familiar, torna-se mais difícil o enfrentamento com a questão, fazendo com que o silêncio se torne imperativo, e o autor da violência sexual, por sua vez, fique sem punições.

Compreende – se que não é fácil o enfrentamento especialmente quando o abuso acontece dentro da própria família, uma vez que a família “é” ou “deveria ser” um lugar que tem a função de proteger e preservar os princípios para com seus membros, porém quando esses valores são destruídos, a entidade familiar é desestruturada ao ponto de impedir a harmonia e estrutura de todos que a integram.

Segundo alguns estudiosos, embora o abuso sexual também ocorra fora de casa, “o lugar ' privilegiado ' para o seu desenvolvimento encontra-se no contexto familiar, que é

mantido pelo 'silêncio' familiar, a cumplicidade imposta à vítima", pela autoridade que os pais exercem sobre os filhos" (OLIVEIRA, 1989, p. 99). Por ser uma área privada, o abuso sexual familiar é cercado por essa atmosfera de sigilo e pode levar à complacência de outros membros da família, muitas vezes o autor de violência sexual também é o provedor da casa.

Ippolito (2003) aponta que outros fatores também contribuem para que muitos casos de abuso sexual intrafamiliar não sejam relatados pelas vítimas, como: pavor de perder os pais ou de não acreditarem; pavor de ser expulso de casa ou de ter semeado a discórdia ou mesmo a dissolução da família.

A experiência violenta quando ocorre, especialmente, na infância, acarreta sérios prejuízos para o desenvolvimento da criança tais como: transtornos, depressão, e até mesmo doenças patológicas, são as que mais acontecem em pessoas vítimas de abuso sexual infantil.

Refletindo quanto prejuízo a violência sexual infantil traz, esse projeto apresenta a ideia de abuso sexual infantil e o incesto, compreende quanto se estabelecem as relações em famílias incestuosas, bem como, manejar os impactos que este ato produz em suas vítimas, diante disto faz-se a necessidade de intervenção de órgãos responsáveis, os quais devem buscar condições de ajudar no processo de enfrentamento da realidade e prevenção deste problema de violência sexual.

Entender a vivência do abuso sexual por crianças e adolescentes e suas consequências individuais, familiares e na própria sociedade – é uma questão de extrema importância quando se tem em mente a prevenção de novas situações e a proteção desses indivíduos.

O processo metodológico empregado nesta apuração contou com o propósito de uma pesquisa bibliográfica, tendo como base artigos científicos sobre a problemática apresentada no corpo deste trabalho.

### **1.1. Justificativa**

A violência sexual infantil e adolescentes é tema de pesquisa mundial na história da infância. “A hegemonia dos adultos sobre as crianças é uma forma oculta e sutil de empoderamento que favorece diversas formas de violência contra as crianças, tanto dentro quanto fora da família” (RIBEIRO, 2009; p.465-471). No Brasil, os autores relatam que há uma “certa aceitação social do abuso infantil em nossa cultura, porque os guardiões são considerados como tendo direitos ilimitados sobre a criança, levando ao abuso de poder do mais forte sobre o mais fraco”. (RICAS, 2006; p. 151).

Podemos afirmar que o abuso sexual contra crianças e adolescentes é uma das maiores violências praticada, visto que as vítimas estão em fase de desenvolvimento, violando direitos primordiais a dignidade da pessoa humana.

Neste sentido a violência sexual infantil e adolescente bloqueia o bom desenvolvimento físico e mental de crianças e adolescentes e os maus tratos são encontrados em todos os níveis socioeconômicos e culturais, tendo a sociedade o dever de zelar pelo bom desenvolvimento da criança e do adolescente para que estes fiquem a salvo de qualquer tratamento cruel, violento, assustador ou constrangedor.

A infância é uma fase em que os mesmos, estão em processo de mudanças no comportamento e na obtenção da estrutura da personalidade, por isto quanto mais cedo acontecer o descobrimento de algum tipo de abuso, mais possibilidade de procurar um acompanhamento adequado para os danos causados, prevenindo consequências emocionais e psicológica.

Desta maneira realizar uma pesquisa mais profunda é essencial para o conhecimento de tais comportamentos vistos que esse tema chama a atenção da sociedade. Consequentemente compreender as reações bem como as consequências, e como elas podem favorecer e ajudar outras crianças e adolescentes vítimas de abuso. Hayeck (2009, p. 5) destaca que a “violência é um mecanismo de poder, realizado por múltiplas linhas de execução”, que se utiliza da força e da aproximação para criar a relação de um com o outro.”. Para outro estudioso, a definição sobre a violência contra crianças e adolescentes é mais ampla e retrata uma realidade que, em muitos casos, é vista como algo comum:

É a violência interpessoal e intersubjetiva, o abuso do poder disciplinar e coercitivo por parte dos pais ou tutores, processo que pode durar meses e até anos, é um processo de completa coisificação da vítima, reduzindo-a à condição de objeto. O tratamento, que é uma espécie de violação dos direitos humanos essenciais das crianças e dos adolescentes e, portanto, a negação de valores humanos básicos como a vida, a liberdade, a segurança, tem na família a sua própria ecologia privilegiada. Por fazer parte da vida privada, a violência doméstica assume o caráter de sigilo tradicional. (AZEVEDO, 1990, p. 32).

Embora a família seja entendida como defesa no imaginário coletivo, é impossível demonstrar que esta não está liberta de cometer ações violentas e agressivas contra os seus membros, criando um complô de silêncios e escondendo a verdadeira realidade, desastrosa e enfadonha. Na visão de outro pensador, o abuso ocorre dentre de uma trama que envolve o ato e seus possíveis desdobramentos:

Existem alguns pontos em comum na dinâmica do abuso sexual que a literatura destaca, como estágios sequenciais envolvendo comunicação sexual, ocultação e revelação. O adulto apresenta as atividades para a criança como se fossem

brincadeiras ou brincadeiras que se desenvolvem em seus contatos, desde brincadeiras reveladoras, toques e carícias até a realização de sexo oral, anal e vaginal (LIMA, 2011, p. 43).

Logo, conseqüentemente, a violência gera um ambiente onde possui sentimentos de medo, insegurança, isolamento, colaborando assim, para persistência do segredo e do silêncio. Reconhecendo o silêncio que permeia muitas situações de abuso sexual infantil, a psicologia pode ser uma ferramenta importante para intervir e minimizar os danos causados às vítimas desse tipo de violência tanto no âmbito da saúde mental quanto no âmbito social. Ressalta-se que essa violência é pautada na ambivalência, ou seja, é uma mistura de emoções no psiquismo das crianças, pois a maioria dos abusos sexuais na infância e adolescência partem de pessoas que têm relação direta com a vítima se utilizam da relação estabelecida entre eles.

Quanto aos danos para a vítima, Ferrari (2002) pontua quão negativa é a experiência do abuso sexual para as vítimas, já que crianças e adolescentes estão em uma fase de desenvolvimento e não se encontram maduros para consentir qualquer das atividades mencionadas, o que leva a crer que o agressor consegue agir por meio de ameaças e/ou violência. Nesse sentido, Correa (2007) entende que todo tipo de violência é traumático, mas a violência intrafamiliar traz prejuízos consideráveis para a subjetividade.

Pesquisas mostram que quando pais, avós, tios, primos e irmãos utilizam a violência, considerando a proximidade, considera-se maior dano à vida de um adulto (PFFEIFER, 1858 apud SALVAGNI, 2005). Nesses casos, é possível justamente porque são da família que esperam ter afeto positivo e proteção.

Assim defendemos que através deste trabalho é importante desenvolver algumas reflexões e pesquisas sobre as vivências de abuso sexual de crianças e as suas conseqüências na vida adulta. Espera-se que isso amplie as bases de compreensão desse fenômeno, o que permitirá considerar a importância de políticas públicas sobre essas questões e contribuirá para o desenvolvimento de estratégias psicoterapêuticas por psicólogos e psicólogas para essa população. Este estudo pretende, assim, delinear o abuso sexual na infância, os seus processos de silenciamento e os seus efeitos na idade adulta.

## **1.2 Problematização**

Partindo da escuta de uma adolescente vítima de abuso sexual bem como estudos e pesquisas sobre esse tema. A presente pesquisa tem o intuito de levantar dados para responder à questão problema: quais os sintomas, comportamentos e atitudes podem indicar a presença de

violência em crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual? E quais as consequências na vida, quando ela se torna adulta? O que leva as vítimas de abuso sexual a silenciar diante dos seus sofrimentos? Qual a função deste segredo na vida psíquica destas vítimas de abuso sexual? O que não se denuncia (o não-dito, o não-revelado)?

Segundo o boletim epidemiológico nº 27 do Ministério da Saúde: "a violência contra crianças e adolescentes é considerada um problema de saúde pública e uma violação dos direitos humanos, com graves consequências nas esferas individual, emocional, psicológica e social." (MS, 2018, p. 1).

Deste modo, é necessária uma maior compressão sobre a temática acerca dos direitos da criança e adolescentes, possibilitando a intervenção sobre as práticas e possibilidades para maior realização das mediações metodológicas, políticas e práticas no enfrentamento do abuso sexual a criança e adolescente. Assim, tendo quanto objeto de estudo a garantia desses direitos da criança e adolescente. Como tema de investigação, são interessantes as consequências da violência sexual, como o sofrimento psíquico e o seu silenciamento, bem como a gestão dos efeitos desse ato na vítima.

### **1.3 Objetivos**

#### 1.3.1 Objetivo Geral

Identificar quais as características e sintomas apresentados por sujeitos diante de um abuso sexual cometido na infância.

#### 1.3.2 Objetivos Específicos

- Investigar o desenvolvimento a respeito do que é a infância
- Conhecer os direitos de proteção da criança e adolescentes. (ECA).
- Identificar como a violência influencia no comportamento da criança.
- Analisar os aspectos relativos ao silêncio em vítimas de abuso sexual na infância e adolescentes.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 Infância e o abuso sexual: perspectivas históricas

Considerando alguns aspectos históricos, pode-se dizer que ao longo da antiguidade, da Idade Média e dos tempos modernos, as relações sexuais entre adultos e crianças tiveram diferentes marcos e significados. “Historiadores e pesquisadores descrevem que a infância passou a ocupar um papel nas imagens iconográficas (obras de arte) apenas no século XIII, portanto, nenhuma representação de criança ou infância foi observada antes disso”. (ARIÉS, 1981, 74).

A família nuclear tornou-se os lócus do poder e das relações de poder. Até o início do século XVII, as atitudes e comportamentos de homens e mulheres não eram limitados pela presença de crianças, “os adultos se permitiam tudo: linguagem grosseira, piadas, ações, situações sem sentido até com os órgãos genitais e os pais estavam convencidos de que não trazia consequências para os filhos, ou seja, não importava para o universo adulto”. (ARIÉS, 1981, p. 77).

Foram comuns situações de contato físico mais intenso, alimentação, higiene, vestuário, abandono, infanticídio, abuso sexual e desamor. Vale ressaltar que a infância não era considerada uma fase especial do desenvolvimento, mas a criança já tinha os mesmos sentimentos cognitivos e afetivos tal como uma pessoa adulta.

Assim, é possível entender que a prática sexual de adultos com crianças tenha ultrapassado historicamente nossa sociedade. Revela também que as leis cujas diretrizes visavam proteger crianças e adolescentes são atuais, debatidas e aplicadas nos tempos contemporâneo.

Por essas razões, não se pode falar em abuso sexual de crianças e adolescentes sem cair na diacronia, ou seja, sem apagar valores atuais para o passado.

O sentimento de amor paterno, materno e de parentesco não existia como sinal de amor. A família era social e não emocional. Crianças saudáveis eram consideradas necessárias para o capitalismo, mas a mortalidade também era considerada completamente natural (ÁRIÉS, p. 1981, p. 116)

No século XIV, surgiu o movimento cristão da Igreja Católica sobre questões infantis. Nessa época, nasceu a ideia de uma criança mística, um anjo.

Os bebês eram representados principalmente pela imagem de Jesus quando ainda menino. A princípio, as fotos não tinham muitas formas ou manias infantis. A única diferença do adulto era seu tamanho menor. À medida que sua representatividade na vida cotidiana aumentava, as imagens se tornavam mais realistas e emocionais, inspirando muitas cenas familiares (COSTA, 2003, p. 1).

Esses aspectos têm permitido mudanças em diversas esferas: religiosa, social, cultural, política, econômica e na compreensão pais - filhos - família. O resultado foi uma gama de afetos, sentimentalismos e serviços básicos, desde a higiene até a educação dos filhos. Nesse sentido, a criança foi interpretada de tal forma que sua influência se estende até os dias atuais, pois deve ser mantida pura.

Embora importantes movimentos filosóficos como o Iluminismo tenham florescido a partir do século XVII, nos séculos XVIII e XIX a influência do cristianismo na vida cotidiana e na vida social continuou a definir os modos de vida. Já a Igreja Católica se manifestou na atividade pecaminosa da carne, onde a relação sexual só pode ser praticada no casamento e sob a proteção da procriação. A esse respeito, Nunes observa que:

O sexo foi reduzido a privado e reprodutivo. A produtividade se soma ao conceito de racionalidade e eficiência cívica. O sexo subjetivo, humano e prazeroso desaparece. O corpo é proibido no trabalho e na opressão sexual. Não há "eu" corporal; há, sim, polidez e máscara social. No sexo nasce uma cultura da vergonha e do pecado em um nível tão profundo que nem a idade Média os alcançou. (NUNES, 1987, p. 93).

O surgimento da infância traz diversas informações sobre essa fase do desenvolvimento. A medicina, a educação e a moral foram os primeiros a se interessar pelo estudo das características da infância.

Segundo Papalia, Olds e Feldman (2013, p. 103), a infância moderna é composta por diferentes características de acordo com a idade, que se dividem em: “Primeira infância de 0 a 3 anos, com aprendizagem de linguagem e movimento; segunda infância entre os 3 e 6 anos, dominada pela imaginação, brincadeiras e noções de sexo; e a terceira infância, de 6 a 11 anos, quando começam as amizades e os aprendizados”.

Freud, o fundador da psicanálise, também se interessou pelo estudo da sexualidade infantil e afirmou que emoções como tristeza, solidão, raiva, desejos destrutivos, vivência de conflitos e contradições também podem ser observados durante o desenvolvimento mental, ali estão "(...) [a maioria] das manifestações psíquicas do amor, como ternura, devoção e ciúme"

(BOROTO; SENATORE, 2019, p. 1340). A criança, portanto, não é um ser vazio e passivo, mas um ser no fluxo profundo de uma vida psíquica complexa.

Medeiros (2013) apontou que o século XX foi marcado pelo reconhecimento das peculiaridades infantis e por uma fase especial de desenvolvimento que favoreceu a proteção e construção dos direitos da criança, o que garantiu a consolidação da criança como cidadã. Como membro do Estado, a criança não está mais à mercê da família e a sociedade deve zelar por ela como um todo. Esse entendimento tem diferentes implicações em diferentes países. No Brasil, a constituição Federal (CF) de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, que garante os direitos e a proteção social dos cidadãos dá especial atenção à infância em seu artigo 227, que dispõe:

A tarefa da família, da sociedade e do Estado é promover a segurança de crianças e adolescentes como o direito à vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalismo, cultura, dignidade humana, respeito, liberdade, convivência familiar e a comunidade, além de protegê-los contra todas as formas de abandono, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, 10).

A mudança na percepção da infância muda sua relação com o sexo, as ações sexuais receberam um significado diferente, assim como os sentimentos dos adultos em relação às crianças, então pode-se dizer que os sentimentos em relação às crianças nem sempre foram os mesmos que em relação às crianças hoje. Assim, somente no final do século XX, em decorrência de saberes médicos e psicológicos ancorados na ciência, bem como saberes jurídicos, surgiu o entendimento de que a criança não é um adulto em miniatura e, portanto, carece de proteção física, jurídica ou psicológica, não tem a capacidade de entrar em relacionamentos com mais velhos em igualdade de condições. Nesse sentido, estimulou-se a compreensão da ideia de abuso sexual de crianças, pois as relações sexuais com crianças se enquadrariam na categoria de violência.

Freud (1992 apud Machado, 2006), seja no seio da família, seja fora dela, o abuso sexual era uma realidade incontestável, foi a partir do século XIX e metade do século XX que o padrão de cuidados com os filhos “passou a ser caracterizado por modo de ajuda e as mudanças no modo de cuidar deles provocaram impacto tanto nas crianças quanto nos pais.” A sociedade civil brasileira está atenta aos intensos movimentos em prol de crianças e adolescentes, devido à gravidade do fenômeno violento. Então começou a organizar fóruns de discussão que fazem pressão para a formulação de leis de proteção à criança do ponto de vista dos direitos e da proteção global. (BRASIL, 1990)



Surgiu o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, criado pela Lei 8.069, aprovada em junho de 1990. O ECA representou um marco histórico de respeito e dignidade de um ser antes considerado “coisificado” e mero objeto. Essa doutrina propõe políticas sociais e ações especiais com vistas à garantia de direitos à infância e à adolescência, restabelecendo a regulamentação de direitos e a doutrina da proteção integral, que asseguram a todas as crianças e adolescentes, indistintamente, os direitos fundamentais de seres humanos no exercício pleno da cidadania. O ECA considera como crianças os indivíduos até 12 anos de idade incompletos. (BRASIL, 1990 art. 227).

A infância deve ser considerada uma condição do ser criança, sendo importante respeitá-la e considerar seu universo de representações, visto que ela é um sujeito participante das relações sociais, inserido no processo histórico, social, cultural e psicológico. O registro de suas representações significa possibilitar à criança escrever sua própria história.

A criança constrói a sua matriz de identidade através das experiências vividas com os membros da sua família. A família é a matriz do desenvolvimento psicossocial da criança e ela deve propiciar a acomodação da sua participação em diversos grupos, subsistemas familiares e em uma sociedade para lhe garantir o sentido de pertencimento, de separação e de individuação. A família e a criança crescem juntas e a maneira como os seus membros atravessam as mudanças pertinentes ao desenvolvimento das etapas do seu crescimento, modela e programa os comportamentos da criança. É na família que a criança vai suprir suas necessidades básicas de proteção, socialização, apoio e afeto. (FURNISS, 1993)

Sendo assim, “a criança sentir-se-á pertencendo àquela família específica e à medida que ela cresce, será preparada para se separar e individuar-se com segurança e com a certeza de poder contar sempre com o apoio da “sua família” (MINUCHIN, 1990, p. 109).

Por outro lado, se não há nitidez das fronteiras dentro de uma família, a comunicação torna-se difícil, as funções protetoras ficam prejudicadas, podendo desenvolver padrões disfuncionais de relacionamento, ocasionando o desenvolvimento truncado da criança.

Foi a partir dos anos 90 que essa problemática da violência sexual infantil, começou a preocupar defensores de direitos humanos e trabalhadores na área de atenção à criança e ao adolescente, ligados principalmente a ONGs e aos meios acadêmicos.

O abuso sexual infantil é uma espécie de abuso sexual que é fruto de uma relação de poder desarmônico entre duas pessoas de idades diferentes e ocorre quando sua relação de poder é cedida em termos de satisfação sexual do próprio autor de violência sexual. (BAPTISTA et al. 2008, p. 604; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2007, p. 8).

Crianças tendem a se aproximar e ser alvo mais fácil do autor de violência sexual por estarem em desenvolvimento. O autor de violência sexual aproveita da pouca idade e maturidade para fascinar e convencer a vítima a esconder a relação que se estabeleceu entre eles. Sua fragilidade se volta maior por conta dos laços biológicas e por fatores sociais, tornando sua fala menos existente (CARVALHO et al. 2012, p. 70).

Podemos definir violência sexual infantil e de adolescentes, toda ação ou negação praticada em ambiente familiar que provoca, de um lado, uma negligência de poder e dever do adulto e, de outro lado, uma desaprovação dos direitos das crianças e adolescentes de serem tratados como indivíduo em condições próprias de desenvolvimento (AZEVEDO; GUERRA, 1997).

Segundo Gabel (1997, p. 44), “violência sexual implica o uso de força física (estupro, sevícias) ou psicológica (ameaças, abuso de autoridade)”. Podemos incluir também atos cometidos contra indivíduos, cuja idade e/ou deficiência mental os tornem incapazes de compreender seu significado. Quanto à violência infantil, esta pode ser caracterizada como todo “ato capaz de causar constrangimento físico ou moral no indivíduo”. Além das marcas físicas, a violência “deixa sequelas emocionais que futuramente irão atrasar/prejudicar o aprendizado, o desenvolvimento físico e emocional e as relações sociais, além de gerar um impacto de longo prazo com repercussões na vida familiar e social.”

## **2.2 Criança vítima da violência sexual**

Dos tipos de violência citados, o abuso sexual é o mais falado atualmente. O abuso sexual de crianças e adolescentes é caracterizado pela manipulação de seus corpos para fins sexuais e pode assumir a forma de prostituição, tráfico de pessoas e pornografia para fins sexuais. (DESLANDES, 2011).

A Organização Mundial da Saúde - OMS utiliza o termo abuso sexual infantil ao tratar da violência sexual em que a vítima é criança ou jovem:

Envolver uma criança em atividade sexual que a criança não entende completamente, não pode consentir, ou para a qual a criança não está pronta para o desenvolvimento e incapaz de consentir, ou que viola leis ou tabus sociais. O abuso sexual infantil é evidenciado por atividades entre crianças e outros adultos ou crianças que tenham uma relação de responsabilidade, confiança ou autoridade com base na idade ou desenvolvimento da criança. (OMS, 2010, p. 101)

Os autores de violência sexual geralmente é um membro da própria parentela da vítima, mas não podemos descartar também em alguns casos, a ocorrência em outros ambientes como: na escola, igreja, bairro, entre outros.

É o que recomenda a Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990:

Art. 4. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e das autoridades assegurar a concretização dos direitos relativos à vida, saúde, alimentação, educação, lazer, formação profissional, cultura, dignidade e respeito da pessoa humana., liberdade e convivência da família e da comunidade (BRASIL, 1990, p. 10).

O artigo 5º da Lei nº 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõe que:

Nenhuma criança ou jovem deve ser negligenciado, discriminado, explorado, submetido à violência, crueldade e opressão nos termos da lei por meio de qualquer ato ou omissão que atente contra seus direitos fundamentais. No entanto, muitas crianças sofrem abusos físicos, sexuais e emocionais e negligência/abandono (BRASIL, 2005, p. 61).

O objetivo da Estatuto é proteger a criança e adolescente em processo de desenvolvimento físico, moral, social e psicológico. Estudos têm demonstrado que crianças e adolescentes são as principais vítimas da violência dentro ou fora da família, o que requer atenção e proteção dos direitos das crianças e adolescentes como pessoas com proteção e garantias especiais. Contra esse abuso sexual, a legislação da Criança e do Adolescente e outras providências estão previstas. Conforme é apresentado pelo artigo 241, da lei 11.829, de 2008, que afirma que aliciamento, assédio, incitação ou constrangimento de criança, por qualquer meio de comunicação, com o fim de praticar ato libidinoso contra ela é passível de punição.

Para Schreiner (2008, p. 22), quando homens e mulheres ocupam colocações desiguais na sociedade, criamos o que os autores chamam "violência sexual". Nessa perspectiva, o abuso sexual incestuoso está associado a uma posição multivantajosa atribuída à masculinidade, de 'provedor o chefe da casa' detentor de grandeza e disciplina. Dispondo ainda da condição de pessoa mais velha, experiente, que naturalmente tem a confiança de uma criança ou adolescente e usa a abordagem superior, que inclui a obediência dos subordinados, incluindo a satisfação dos apetites sexuais. Enquanto a isso o Conselho Federal de Psicologia afirma que:

Componentes como a socialização de gênero e a cultura familiar centrada no adulto podem influir severamente a conscientização dos que pratica a violência e dificultar que eles percebam seu ato como um crime grave. Além disso, hierarquias familiares com sexismo e masculinidade excessivos podem levar à formação de violência masculina e feminina. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2007, p. 42).

A violência sexual é um dos principais prejuízos, consequências ao longo da vida de traumas, físicos e psicológicos, e é uma forma legítima de os autores de violência sexual educarem e corrigirem o mau comportamento. (MINAYO, 2002, p. 76). As crianças podem apresentar comportamentos sexuais conforme cada fase de desenvolvimento (SILVA, 2007, p.45). O desenvolvimento sexual saudável consiste em:

Permitir que a criança experimente e aprenda a atividade sexual apropriada. Desenvolver isso pode se tornar problemático quando uma criança experimenta práticas inadequadas para sua faixa etária devido à intervenção de adultos, violência típica ou abuso sexual (RIBEIRO, 2009, p. 65-71).

A maioria desses casos não são revelados porque as crianças temem dizer a alguém e não serem ouvidas nem mesmo derem importância, e ainda serem punidas. Isso pode refletir no seu estado psicológico e emocional que, pode ser devastador. A criança vítima de abuso sexual pode passar por alterações de comportamento, baixo rendimento escolar, medo inexplicável de ficar sozinha, principalmente junto a presença de um adulto, alteração no sono e brincadeiras agressivas entre outros. “A criança também pode manifestar problemas afetivos e entrar no mundo do silêncio, para não ter que revelar o abuso.” (AZEVEDO, 1993, p. 24).

A maior parte das consequências são de ordem emocionais, geralmente de difícil identificação. “Diversos sintomas psicossomáticos começam a surgir”, tais como: ansiedade ou depressão, gastrointestinais ou dores abdominais sem diagnóstico, como a dificuldade de relacionamento, timidez, isolamento social, apresenta agressividade, e falta de apetite ou, ainda, problemas de baixo desempenho intelectual e social. (REICHENHEIM, 1999, p. 101).

Um dos fatores mais difíceis de manejar é quando o autor de violência sexual e a vítima, pertencem ao mesmo convívio familiar. Tal violência está inserida em uma relação complexa, pois são parentes ou próximos das vítimas, o que facilita a sua ação, ao mesmo tempo, a intimida. São relações que o autor de violência sexual detém sobre a vítima, que além da força física, utiliza-se da persuasão, da sedução sobre uma criança, que guarda em segredo tal violação, e por fim, muitas vezes sente-se culpada. O vínculo familiar contribui para tamanha violência, pois ao mesmo tempo em que causa o dano é aquele que a criança ama e confia. Ocultação da verdade por todos os membros da família, até mesmo a criança, é conhecida como lei do silêncio ou síndrome do segredo, a qual tem o objetivo atrelado em manter inalterada a rotina familiar. Essa relação familiar, se torna uma barreira para se efetuar a denúncia.

De acordo com o jornal brasileiro R7 (2022), apenas 10% do abuso sexual infantil no Brasil foi relatado. A cada hora, quatro crianças e adolescentes são vítimas de violência sexual, alerta uma organização de defesa dos direitos da criança e adolescentes:

A lei do silêncio é a principal responsável pela indefesa da vítima. Somente nos primeiros quatro meses de 2022, foram registradas 4.486 denúncias de abuso sexual de crianças e adolescentes no país, segundo balanço do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. O número alto - cerca de 37 por dia - pode ser ainda maior, porque de acordo com o diretório existem apenas dez em cada cem casos de vulnerabilidade, coerção e medo. Segundo a diretoria, as reclamações feitas pelo Disque 100 aumentaram durante a pandemia. Em janeiro-dezembro de 2021, foram 18.681 deles. O local de estupro mais comumente relatado é onde a vítima e o suspeito moram (8.494), a casa da vítima (3.330) e a residência do suspeito (3.098). Os principais suspeitos nos casos são padrasto e madrasta (2.617) e pai (2.443) e mãe

(2.044). Em quase 60% dos registros, a vítima tinha entre 10 e 17 anos. Cerca de 74% dos estupros são contra meninas (LEITE, 2022, p.1).

A partir das discussões, compreendemos que embora “a criança seja um sujeito legítimo, existem lacunas e certas distâncias entre a letra da lei e a garantia e efetivação desses direitos, pois há uma rede preventiva e protetiva de processos opressores, o que dificulta o acesso às políticas públicas e sociais”. Dito isso, como a maioria dos abusos ocorre dentro da família, torna-se mais difícil revelar e, portanto, acessar a rede de segurança. Isso levou ao que é conhecido como efeito cascata, que tem o maior efeito nos casos em que as vítimas de abuso sexual na infância só aparecem na idade adulta. (LEITE, 2022)

Ferenczi (1992, p. 23) considera o segredo uma negação, o que resulta em um altíssimo custo emocional e relacional tanto para a vítima quanto para toda a família. Alguns autores trazem em seus estudos alguns fatores, internos e externos, que levam à manutenção do segredo quanto ao abuso sexual:

[...] a falta de provas médicas e provas de abuso sexual infantil, a necessidade de acusações verbais por parte da criança a falta de credibilidade da criança as consequências da revelação ameaças físicas e psicológicas, distorção da realidade pavor de punição pelo ato em que cometeu participou, culpa, negação e dissolução da criança. (FURNISS, 1993. p. 29).

Um dos fatores que mais levam à vítima ficar em segredo é prosseguir convivendo com o autor da violência sexual e, conseqüentemente, a possibilidade de reincidência do abuso. Normalmente, é imposta à criança a manutenção do segredo sob a ameaça dela ser a causa do término do casamento dos pais, da separação familiar, pela prisão do autor da violência sexual, pela possibilidade de a vítima ser expulsa do lar, é ameaçada muitas vezes de morte e o autor da violência sexual afirma que a palavra da vítima não terá credibilidade. A vítima menor tem medo do castigo, e a falta de proteção, mantendo assim a negação dos fatos. Além disso, muitas vezes sentem-se responsáveis pelo abuso, o que as intimida a não revelarem tal sofrimento, conforme orienta Furniss:

O aspecto psicológico da culpa está ligado a aspectos relevantes do engajamento e decorre do fato de o autor de violência sexual e a criança estarem igualmente envolvidos no abuso na relação. A diferença entre os aspectos legais e psicológicos da culpa significa que apenas o pai pode ser considerado culpado. No entanto, o autor de violência sexual e a criança podem se sentir tão culpados quanto a manifestação de eventos psicológicos decorrentes da experiência de comunicação violenta (FURNISS, 1993, p. 35).

A criança e adolescente é ameaçada pelo autor da violência sexual a manter sigilo, numa tentativa de transferir a responsabilidade e conseqüências dada a revelação. Além disso, muitas vezes a mãe não abusiva, infelizmente, nega o episódio ocorrido, gerando ainda maiores prejuízos para a criança e diminuindo as chances de a violência ser denunciada e cessada. Tal

postura da genitora, em alguns casos, dá-se pelo caso de a mãe preferir a companhia do marido/autor da violência sexual, em consequências da sua situação de fragilidade e dependência, neste caso é difícil para a criança e para a família, renunciar ao segredo pois a violência ocorre dentro da própria casa e para os profissionais que, muitas vezes, não sabem como agir diante de tal problema (ARAÚJO, 2002, p. 189).

A violência sexual é uma invasão das partes mais privadas e íntimas do corpo e da consciência de uma pessoa. Esse tipo de violência é impulsionado por uma combinação destrutiva de poder, raiva e sexo; produto de relações de poder e superioridade (PEREIRA et al. 2001, p. 106).

“O combate à violência requer estratégias bem definidas que envolvam a sociedade, os profissionais e os dirigentes públicos” (SOUZA; SANTANA, 2005, p. 9), principalmente em relação ao abuso sexual, por ser “considerado a forma mais destrutiva de abuso infantil e a motivo da maior antipatia da sociedade” (SOUZA et al., 2007, p. 65).

### **2.3 O não-dito da vítima frente ao abuso sexual**

O silêncio de uma criança e a rejeição dos colegas muitas vezes escondem não apenas a história de abuso sexual da criança, mas também de família, apego, laços sociais e outras formas de violência.

Falar sobre calar e ficar em silêncio também inclui falar sobre guardar segredos, sobre o que não falamos ou sobre o que os outros não nos contam. O conteúdo que não pode ser compartilhado é classificado como privado. O não-dito é, portanto, geralmente caracterizado pelo que é confidencial, íntimo e misterioso, o que está oculto.

O segredo se refere a duas funções possíveis: alienação e/ou separação. O silêncio significa preservar experiências. Seja uma história alegre e/ou comovente e o dever de manter essas experiências incompreensíveis protegidas de olhares indiscretos. Assim, o que fica por dizer refere-se à função da alienação em dois aspectos: "permanecer num asilo narcísico e obedecer à ordem estabelecida como condição de pertencimento ao grupo" e à função da separação, “porque ao silenciar a criança, ela consegue manter sua recusa da realidade imposta pelo adulto, porque o silenciamento abre a possibilidade de diálogo com o interior, diálogo com o outro em nós” (ROSA, 2003, p. 102).

Neste trabalho, interessa-nos preocupar-nos com o negativo (ou negatividade), porque exploramos o que não se diz, o que se esconde. Assim, para o bem ou para o mal, o passado representa o presente na existência humana.

Pais e familiares optam por guardar segredos não só porque acreditam que é possível construir um futuro sem passado, mas também como mecanismo de defesa para não terem que enfrentar novamente certas preocupações e assumindo que assim salvam seus filhos de possíveis traumas. Porém, como também estão sujeitos aos seus próprios processos inconscientes, sem possuir clareza do que os silencia, não notam os perigos e as consequências de não dizer”, e essa transmissão ocorre apesar do não dito, porque não se baseia em palavras, mas no anseio do outro. (...) algo se repete no desejo, não se especifica, aparece não dito na conversa parental” (ROSA, 2001, p. 128).

Portanto, o segredo pode representar um caráter negativo e nocivo, uma vez que a formação psíquica da criança está pautada em uma dinâmica intersubjetiva, que diz respeito ao reconhecimento de sua própria história pelo Outro. A autora enfatiza a relação do não-dito com o sintoma de uma criança que se prende a uma verdade, se afasta de antigos sintomas familiares, vive uma repetição constante de um lugar onde não se conhece.

Uma vez que o inconsciente se estrutura como linguagem como uma ordem que organiza toda experiência possível e conexão social, é onde se fala ou não se fala que o sujeito se autentica e traz sua verdade por meio da fala.

A psicanálise sinaliza que “O inconsciente é um capítulo da minha história marcada pelo nada ou nas garras da mentira: um capítulo censurado. Mas a verdade pode ser salva; na maioria das vezes já foi redigido em outro lugar ” (LACAN, 1998, p. 260).

Já no início da psicanálise, havia uma hipótese de que eventos traumáticos podem ser suprimidos e eventualmente retornar como sintomas físicos, e o sofrimento psicológico é causado por memórias. Na pesquisa de Freud, fica evidente que quando há uma imagem ou traço associado a uma memória intolerável à consciência, o sujeito se protege. Dessa forma, qualquer pessoa que tenha vivenciado um evento traumático gozaria de boa saúde mental até que:

“(...) havia dissonância em sua vida representacional - isto é, até que seu ego se deparou com uma experiência, uma representação ou uma emoção que causou uma impressão tão constrangedora que o sujeito decidiu esquecê-la, confiando em sua própria capacidade de resolver assim o conflito entre a representação discordante e ela mesma através do ato do pensamento” (FREUD, 1996, p. 55).

Nesse sentido, podemos pensar no não- dito como silenciar sobre um conteúdo do qual a pessoa não tem conhecimento. Algo recalcado, ou seja. Inconscientemente não dito, que pode reaparecer como um sintoma físico e/ou psicológico.

Vale lembrar que, segundo Freud (1996, p.74), “a compulsão à repetição faz com que o sujeito se coloque, inconscientemente”, repetidas vezes em situações de experiências dolorosas do passado, assim como o sujeito resiste à memória ao recordar o "esquecimento".

Sabemos que muitas vezes falar ou não falar sobre determinado acontecimento é um ato deliberado em que o sujeito opta por revelá-lo ou mantê-lo em segredo. Sabemos também que essa escolha, mesmo que seja feita de forma consciente, muitas vezes é resultado de uma ação inconsciente do falante. Portanto, deve-se atentar para a relação entre o que se diz e o que não se diz, lembrando que "o não dito é uma afirmação que vem de um lugar de silêncio" (ROSA, 2009, p. 23) refere-se ao silêncio de conteúdos que não podem ser divulgados.

O silêncio parece ser uma forma única de lidar com o intolerável para a consciência e o sofrimento da violência decorrente de performances e não performances. Por meio do silêncio, a criança suporta a onipotência do autor da violência sexual, acreditando que nesse movimento (silêncio) o adulto não a destruirá completamente (BIRMAN, 2014, p. 11).

Segundo Furniss (2002), a dificuldade que as vítimas têm em contar para alguém sobre as experiências de abuso deve-se à "dinâmica desse tipo de violência, que envolve a Síndrome de Segredo e a Síndrome de Adição". Na primeira, já que o abuso é visto como algo terrível diante da sociedade, "o agressor utiliza estratégias para que a vítima não traga a situação à tona". Ele ameaça fazer mal a ela ou a alguém importante (mãe, irmãos), afirma que se contar para alguém não acreditarão nela ou a culparão pelo que aconteceu, ou ainda que será responsabilizada pela tristeza da mãe e separação da família, oferece presentes e, dependendo da idade da criança, leva-a a entender que o que acontece entre ela e o abusador é apenas um carinho e que é o "segredo" deles.

A Síndrome de Adição "caracteriza-se pela compulsão do agressor, que não consegue controlar seu impulso em relação à criança ou adolescente e torna-se dependente dos atos de abuso". Ele tem consciência de que isso prejudica a vítima, pode até tentar parar, mas não consegue, pois é a sua forma de aliviar a tensão, e o prazer gerado o leva a repetir e negar a situação.

Correa apresenta ideias semelhantes e discorre sobre o "medo e afetos contraditórios" aos quais as crianças e adolescentes ficam submetidos. Acabam caindo na armadilha do abuso tanto por fatores internos, como o medo de ser rejeitado pelo abusador ou pela família, quanto por fatores externos, como as ameaças e os jogos de sedução. (2007, p. 53)

Um fator que não pode ser desprezado na compreensão do abuso sexual de crianças e adolescentes é a dinâmica familiar das famílias nas quais esse fenômeno é observado, os detalhes da história de vida de seus membros, o tipo de vínculo que os envolve, os processos que permeiam suas relações.

Para Machado, quando há uma revelação de abuso sexual vivenciado por um filho, "instala-se uma crise e muitos pais tornam-se relutantes em aderir ao tratamento devido à culpa



que sentem por não terem desempenhado seu papel tão bem quanto se esperava. Outras vezes, buscam a ajuda de um psicólogo como forma de comprovar que tudo não passa de fantasia”.(2002, p. 83)

## **2.4 Violência, trauma e retornos**

Pfeiffer e Salvagni (2005, p. 200) enfatizam a conexão entre a violência sexual crônica e o silêncio, que “quando as crianças falam sobre a violência que sofreram, passam da passividade da experiência para a ação”. Essa transição, de difícil compreensão, “pode desencadear na criança um processo protetivo, ou uma identificação com o autor da violência sexual, para resistir psicologicamente à violência”. Assim, quando uma criança se identifica com o autor da violência sexual, ela pode transformar a violência sofrida em um legado que passa para a próxima geração de vítimas, ou, por outro lado, pode desenvolver uma relação violenta consigo mesma.

A repetição, conceito-chave da psicanálise, ocupa um lugar importante nesse processo:

A compulsão à repetição faz com que o sujeito se coloque inconscientemente repetidas vezes em situações de vivências dolorosas do passado, sendo esta a forma do sujeito resistir à memória, lembrando-se do “esquecimento”, o que provoca sentimento de culpa e vergonha. Todas essas tendências de desenvolvimento representam tanto o relacionamento da criança com o autor de violência sexual quanto o relacionamento da criança com as pessoas ao seu redor, como seus cuidadores (FREUD, 1996, p. 79).

Estudos defendem que a história de uma família com uma criança em situação de violência sexual “pode determinar a permissão do ato devido à desvalorização da infância e adolescência e à preservação do papel da mulher na maioria dos casos de cegueira coletiva e surdez às súplicas muitas vezes mudas da vítima” (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005, p. 201).

É importante ressaltar que embora a palavra violência esteja constantemente relacionada à ideia de desigualdade de poder entre os participantes de um conflito ou à violação de um contrato ou partes de um contrato, a violência adquire uma dimensão mais ampla no campo da psicanálise. O termo que mais se aproxima desse é o trauma, embora nem todo trauma seja violento. Assim, “violência é toda experiência físico-psíquica que, em termos de repetição ou intensidade, exceda a absorção do aparelho psíquico” (COSTA, 2003, p. 92).

No entanto, uma criança com uma psique em desenvolvimento torna-se vulnerável ao medo e à confusão imposta. Essa fragilidade impede o protesto, que sufoca e, em alguns casos, leva à perda de consciência dos acontecimentos (POHL, 2018, p. 29).

Em situação de violência não representada, a criança se cala perante o mundo e não revela a violência que sofreu. O que se percebe de fora não é propriamente o mundo exterior, mas sim o resultado de rearranjos psíquicos que o sujeito tece a partir do que percebe e vivência. (Costa, 2003). O silêncio permanece, porque a violência age sem sentido, sem representação para a criança. A cronicidade de anos de violência e o silêncio descarado em torno da experiência ocorre porque nada se apresenta como um ataque psíquico.

O desamparo é vivenciado porque o recém-nascido é totalmente dependente de suas próprias necessidades (como fome e sede). Lacan define ainda que “a dependência da criança não é apenas uma dependência biológica, mas é principalmente uma dependência de amor e desejo”. Até lá, o vínculo é importante e necessário, e começa na relação mãe-bebê. A construção de vínculos com mãe, pai, demais familiares e outras pessoas fora do núcleo familiar é importante, além de necessária para ambas as partes (OLIVEIRA, 2008, p. 68).

As conexões podem ser consideradas como desenvolvendo um sentimento de segurança e confiança básica, pois além de satisfazer as necessidades básicas, aponta que as conexões também têm a função de necessidades afetivas, que devem ser satisfeitas de forma autêntica e espontânea. (ZIMERMAN, 2010, p. 108). Especialmente no que diz respeito ao vínculo entre o autor da violência sexual e a vítima. Chagas (2014, p. 4) afirma que “o sigilo se justifica justamente por esse vínculo e pela vergonha e medo de sofrer violência sexual.”

Azevedo (2001, p. 234) afirma que parte significativa da violência sexual infantil “é cometida por familiares ou pessoas próximas à criança, que usam de ameaças e/ou conquistam a confiança da criança” e podem oferecer recompensas materiais, o que pode aumentar a probabilidade de a criança não reconhecer violência sexual como violência.

Em outros casos, a criança pode entender que o abuso sexual é uma forma de cuidado do autor da violência sexual. Por meio de discursos convincentes e particularmente contextuais, o autor cria um cenário em que a violência sexual significa entusiasmo, comprometimento e atenção à criança.

Freud (1996, p. 70) mostra em suas “Neuroses defensivas” que quando há uma representação que não é aceita pela consciência, o sujeito se defende. A intolerância pela agressão sexual vivenciada, que vem acompanhada do não dizer nada sobre ela, também pode ser entendida como esconder o conteúdo do qual a criança não tem conhecimento, algo reprimido e inconsciente. Assim, o intolerável inconsciente passa para a consciência, que se torna tolerável. Ao criar uma cena com a criança, o autor da violência sexual coloca elementos da sexualidade reprimida em cima de atos de amor que são transmitidos à criança como mensagens sedutoras que podem ser expressas por meio de palavras amorosas, gestos de

saudação ou ações que a criança interpreta como afeto. A passividade da criança frente ao excesso imposto pelo autor da violência sexual cria assim uma assimetria. Neste contexto, a criança passa a ter experiências violentas, traduzindo-as ou suprimindo-as (Martinez, 2012, p. 478). Portanto instala algo que é exclusivamente sexual, que penetra violentamente (MARTINEZ, 2012, p. 480). Nessa penetração, o recalque desempenha o papel de suporte do insuportável, e o segredo aparece como sintoma.

A psicanálise distingue o conceito de linguagem da ternura e linguagem da paixão (FIRENCZI, 2000, p. 89). Nesse entendimento, ele assume que a linguagem da ternura é sempre a linguagem da criança e embora a criança tenha fantasias sexuais que pode incitar um adulto, ela sempre permanece no nível da ternura. Enquanto isso a linguagem da paixão é a linguagem dos adultos, misturando com brincadeiras de crianças com as necessidades dos adultos.

No contexto da violência sexual infantil, quando o aparelho psíquico ainda está em formação, a criança sente-se fisicamente e moralmente desprotegida, pequena diante do poder e autoridade do adulto. O autor ainda observa que:

Quando esse medo atinge seu auge, ele automaticamente os obriga a se submeter à vontade do autor de violência sexual, a antecipar seu menor desejo, a se submeter completamente à indiferença e a se identificar com o autor de violência sexual. Identificando-se, por exemplo, com a introjeção do autor de violência sexual, ele desaparece como realidade externa e torna-se intrapsíquico (FERENCZI, 2001, p. 115).

Chagas (2014, p. 97) definem que as “escolhas”, mesmo que ocorram de forma aparentemente consciente, podem decorrer de ações inconscientes do sujeito falante. Portanto, cabe aqui ressaltar que, no caso da violência sexual contra crianças, o consentimento da vítima nunca está presente.

## **2.5 Abuso sexual sob a ótica psicanalítica**

Descrever esse sujeito em psicanálise requer considerar a importância do meio social no desenvolvimento emocional de crianças e adolescentes. O indivíduo se forma de uma relação à outra, principalmente na relação com a mãe, que desempenha um papel extremamente importante na vida da criança. A mãe se identifica com o bebê, suprindo naturalmente suas necessidades afetivas e fisiológicas, e torna-se uma mãe "suficientemente boa". Assim, “a mãe suficientemente boa é aquela que é capaz de satisfazer as necessidades do nenê no início, e satisfazê-las tão bem que a criança, na sua saída da matriz do relacionamento mãe-filho, é capaz de ter uma breve experiência de onipotência” (WINNICOTT, 1962/1983, p. 56). São essas

experiências que vão, gradativamente, levando da dependência absoluta, à dependência relativa e possibilitando a independência.

Aos poucos, ela deve deixar esse papel, permitindo que o bebê experimente as decepções e aprenda a tolerá-las até alcançar a independência. Assim, o indivíduo pode “estabelecer seu verdadeiro eu por meio de um desenvolvimento saudável que permita a integração do ego intimamente relacionado a um ambiente seguro. O apoio do pai para proteger a mãe e o bebê das realidades externas é essencial”. (OLIVEIRA, 1989, p. 100).

Segundo Lejarraga, teoriza que, “quando o ambiente é favorável, o bebê passa pelos estágios iniciais” e seu contato com o mundo externo acontece por seus gestos espontâneos, o que vai estabelecendo a “continuidade de ser”. Ele desenvolve confiança no ambiente e é essa experiência de ser a base do sentimento do si mesmo. (2008, p. 115)

Se esse processo falhar, no entanto, o bebê se “sente irreal” e sua capacidade de simbolizar é inibida ou fragmentada, e ele responde defensivamente ao ambiente com um “self falso”. Comparando essa análise com o contexto de violência baseado em um ambiente doente, pode-se supor que a criança “passará a apresentar dificuldades no amadurecimento erótico e nas relações com o objeto, além do aparecimento de traços esquizoides e psicóticos, consequência do colapso desse ego” (OLIVEIRA, 2008, p. 22).

Quando há falhas no ambiente, “a criança não consegue iniciar a maturação do ego, ou até o faz, mas de forma distorcida. Para ele, um ambiente seguro leva ao desenvolvimento do verdadeiro self, ou seja, quando há uma integração saudável do ego do indivíduo e este vai adquirindo a capacidade de simbolizar”. Quando tal segurança não é oferecida, essa capacidade é impedida total ou parcialmente e um falso self desenvolve-se como um mecanismo de defesa. O indivíduo reage ao ambiente com esse falso self e torna-se submisso, amolda-se ao ambiente. (WINNICOTT, 1962/1983, p. 59)

Num cenário de abuso sexual, o ambiente não foi seguro, protetor, já que permitiu vivências inadequadas da sexualidade. Desse modo, “o indivíduo pode ter dificuldades na maturação de seu ego, no desenvolvimento de suas relações objetais, ansiedades psicóticas, perda da espontaneidade, empobrecimento da capacidade simbólica”. (OLIVEIRA & SEI, 2014, p. 15).

Freud defendia que a “pulsão sexual já existe desde a infância, entretanto, não se manifesta como no adulto”. A sexualidade infantil é indiferenciada, não há um local específico de excitação. É ao longo do desenvolvimento psicosexual que acontece a escolha de um objeto sexual. Porém, a criança pode ser exposta a uma excitação genital precoce e é isso o que ocorre nos casos de abuso sexual (Oliveira & Sei, 2014, p.19).

A situação de abuso sexual é um evento traumático, considerando que o trauma é uma estimulação excessiva, uma experiência vivida pelo indivíduo que seu psiquismo não consegue processar naquele momento (FREUD, 1939/1996; Laplanche & Pontalis, 1998, p 231). Esse trauma tem efeitos negativos na organização psíquica. É o que acontece quando uma criança ou adolescente é vítima de abuso sexual, haja vista que ela não consegue dar sentido ao que está acontecendo (ARPINI, Siqueira & Savegnago, 2012, p. 88).

Nas palavras de Ferenczi (1933/2011, p. 117), “as crianças sentem-se física e moralmente sem defesa, sua personalidade é ainda frágil demais para poder protestar, mesmo em pensamento, contra a força e a autoridade esmagadora dos adultos que as emudecem, podendo até fazê-las perder a consciência”. O resultado disso é que nenhum traço mnêmico subsistirá dessas impressões, mesmo no inconsciente, de modo que as origens da intensa emoção são inacessíveis pela memória.

O que resta depois disso é identificar-se com o agressor, ou seja, o medo da criança diante do poder e autoridade do agressor é tamanho que há uma perda de consciência que traz consigo a impossibilidade de resistir ao desprazer e a criança torna-se submissa, obediente às demandas do agressor. “Isso significa que, na tentativa de diminuir a angústia causada pelo trauma, o psiquismo tenta fazer um ajuste para separar esse conteúdo psíquico dos demais, mas as consequências dessa manobra podem ser a submissão de si e ainda as perversões, por meio da repetição dos abusos vividos” (MENDES & FRANÇA, 2012, p.121).

O abuso sexual infantil também afeta a resolução do complexo de Édipo, que faz parte do “desenvolvimento psicosssexual da criança e da fase de vida estruturada de cada sujeito, onde a criança expressa o incesto e a rivalidade parental de sua psique em uma disputa sobre um ente querido e precisa dos pais para marcar os limites desse anseio”. Porém, em uma família incestuosa, o objeto de amor da criança “trabalha nos limites da patologia e não aceita as regras estabelecidas pela sociedade, que respeitam a fragilidade do psiquismo e do corpo da criança”. (FRANÇA, 2017, p. 15).

Este encontro entre as fantasias pedófilas da criança e do adulto deixa consequências irreversíveis para a vítima, pois a criança tem certeza de que seus desejos edípicos foi ser a responsável por tudo o que aconteceu. E a culpa percebida pode impedir que uma criança renuncie à alegria de viver e sonhar, já na adolescência pode dificultar que comecem a fazer sexo. Também “pode causar sérios danos às funções psíquicas” (FRANÇA, 2017, p. 10).

Bidaud aponta que, com isso, a criança é retirada como sujeito de processos psíquicos e substituída por processos sexuais, nos quais ela se torna objeto de exploração, onde é preciso reconhecimento, não palavras, ação, comportamento dirigido contra outro. A palavra da criança

é separada do evento, o evento é confiável e a criança não é ouvida em sua história (BIDAUD, 2013).

Diante do exposto, cabe ressaltar que ao se tratar da sexualidade infantil, há uma grande diferença entre a organização da sexualidade infantil e a sexualidade adulta, onde a infância é um processo de descoberta, imaturo, diverso e inacabado. Ao ser seduzida por um adulto, a criança pode se excitar prematuramente, perder seu controle e causar-lhe consequências traumáticas (OLIVEIRA, 2008).

Arpini et al. (2012) coloca que a criança vai descobrindo seu corpo e tem curiosidades e desejos sobre a sexualidade. Quando sofre o abuso sexual, se estabelece uma confusão, ficando difícil para a criança distinguir se é vítima da situação ou se foi ela quem a causou.

É o que Mendes e França (2012, p. 124) também apontam em seus estudos:

como as fantasias edípicas da criança podem preparar o caminho para o adulto perverso ao facilitar sua aproximação, pois a criança quer mesmo seduzir – sentar no colo, acariciar, beijar – mas espera que tudo isso retorne na mesma moeda, na linguagem da ternura; contudo, quando a sexualidade genital adulta impõe uma excitação excessiva ao seu pequeno corpo, as fantasias inconscientes de sedução em relação ao adulto tendem a se confundir com a realidade, provocando a emergência de um forte sentimento de culpa na criança vítima de violência: sua onipotência faz com que acredite que, se foi capaz de provocar o desejo do adulto, então deve merecer sofrer as consequências de seu próprio desejo.

Junto com a identificação com o agressor vem o que Ferenczi denominou prematuração ou progressão traumática, na qual há um desenvolvimento precoce de capacidades intelectuais e emocionais de um adulto. Essa criança cuida de todos às custas da renúncia de si mesma (Lejarraga, 2008, p. 126). Simplificando o que foi exposto, a criança que sofreu o abuso sexual e não pôde dar significado a isso destrói uma parte de si para conseguir sobreviver, e a outra parte é tomada pela culpa do agressor. Por isso, passa a ser madura e sábia, entretanto, de uma forma artificial, já que se molda ao que vem do exterior, daí a submissão e obediência (Lejarraga, 2008, p. 130)

Diante da perspectiva do trauma, é relevante lembrar que seus efeitos estão diretamente ligados à história de vida do indivíduo, sua constituição psíquica, à reação do meio à revelação do abuso sexual, à capacidade e possibilidade de simbolizar o vivido (ALMEIDA PRADO & FÉRES-CARNEIRO, 2005, p. 15).

Efeitos traumáticos é outro elemento-chave da psicanálise quando se trata de abuso sexual infantil. Em geral, o conceito de trauma é caracterizado por qualquer estimulação inadequada do metabolismo da psique da criança, ou seja, o que o psiquismo pode tolerar, ou seja, suportar. “O trauma causa um distúrbio psicológico que contribui para destruição e perda

de sua essência, o que é comum no caso de violência sexual” (MANDELBAUM et al. 2016, p. 425).

A teoria de Freud mostra que quanto mais intolerável é a realidade objetiva, mais o sujeito dela se afasta, ou seja, nega o acontecimento e rejeita a realidade por meio da percepção traumática. Diante disso, a violência contra a criança, caracterizada por um fato objetivo, torna-se traumática e, portanto, impossibilita ser processado psicologicamente. “Consignada a essa realidade insuportável, a criança pode apresentar excitação excessiva e surtos motores, como masturbação ou manipulação da realidade, que negam esse fato” (CERVO; BERVIAN, 1996, p. 84).

Perón (2007, p. 20) descreve que a criança não tem mecanismos suficientes para integrar a tensão excessiva causada pelo trauma. Um adulto que usa uma criança para gratificação sexual ou emocional (raiva ou fúria) captura a criança e a deixa indefesa. Uma experiência traumática destrói o espaço interior da criança e a deixa insegura consigo mesma e com o mundo. A criança encontra um indivíduo que sacrificou seus sentimentos, que era considerado uma pessoa de confiança, mas que agora a coloca em estado de total desamparo. A teoria de Freud explica dois momentos do trauma.

O primeiro momento é quando o adulto mistura a linguagem terna da criança com a sua: a paixão. Enfraquecida, a criança tende a se submeter aos desejos do autor da violência sexual e a negar a si mesma. Uma personalidade frágil, ainda em construção, ele começa a acreditar que é mau e o responsável pelos abusos. Chega a um nível de masoquismo excessivo, como se merecesse os piores relacionamentos e as experiências mais humilhantes. Outro momento de trauma é quando todo adulto, inclusive o autor da violência sexual, se comporta como se nada tivesse acontecido, ignora os pedidos de socorro da criança, e a criança agora vê que corre o risco de perder relações familiares se não forem afastadas, o que aconteceu com ele, a criança hesita sobre sua percepção e experiência traumática (PERÓN, 2007).

Quando há suspeita de abuso, uma relação terapêutica é essencial, pois por meio dela o trauma é revelado, reconstruído e autor reintegrado. “Na psicoterapia para vítimas de abuso sexual na infância, o processo de cura encontra-se em uma relação terapêutica que permite ao paciente reexperimentar e ao mesmo tempo ressignificar o dano causado a ele”. Portanto, o self do terapeuta é um fator importante na criação de um relacionamento claro e aberto em psicoterapia (TERRA, 2011, p. 144).

Portanto, o tratamento psicanalítico no contexto do abuso sexual infantil (trauma) está pautado nos princípios norteadores da ética do tratamento clínico, quais sejam: afeto; a amabilidade e a saúde do analista adaptam-se ao deslocamento espontâneos e agressivos do

cliente. O tratamento consiste em associação livre; um refúgio bem-vindo do vício e da brincadeira ou brincadeira conjunta (FLORENTINO, 2015).

A análise infantil é uma intervenção eficaz na terapia e ajuda a liberar níveis exagerados de ansiedade e perversidade que podem ser vistas em crianças expostas a situações traumáticas por meio de brincadeiras. “Quanto mais cedo começar a intervenção psicoterapêutica, menor a chance de se tornar uma vítima de violência sexual”. O desafio do tratamento é ajudar a criança, através da capacidade de brincar, a eliminar a culpa vivenciada pela fantasia sangrenta. “O trauma deve ser condicionado a encontrar formas de se conectar com a linguagem para que a criança possa desenvolver a dor e criar significado” (FRANÇA, 2017, p. 80).

Ouvir o sofrimento da criança também é um fator importante no trabalho do analista e inicia o processo de desenvolvimento psicológico. “O processamento psíquico consiste no processo pelo qual um indivíduo adquire significado”, representação ou fala após um evento traumático, como o abuso. Esse processo penetra na criança e permite que a situação de violência se torne uma atividade psicologicamente “processada por meio da reorganização simbólica”. Falar é terapêutico e possibilita a reestruturação psicológica da criança (BAPTISTA, 2008, p. 610).

Portanto, como analistas, não podemos fechar os olhos para a veracidade vivenciada das relações humanas, devemos abrir espaço para ouvir a criança, pois não conseguimos saber o que de fato acontece entre as quatro paredes, devemos ouvir o que não está ali, nos disseram e o que nós mesmos não ouvimos (ROSA, 2009).

Ao ouvir esse silêncio, psicólogos, terapeutas e psicanalistas podem intervir tanto no abuso infantil potencialmente traumático quanto na saúde mental e nas eliminações violentas, que se estabelecem como um dos princípios do código profissional ética dos psicólogos, pois “Um psicólogo trabalha para promover a saúde e qualidade de vida dos indivíduos e comunidades e ajuda a eliminar todas as formas de discriminação, negligência, exploração, opressão, crueldade e violência” (CFP, 2004, p. 7).

“O psicólogo deve dispor de ferramentas que identifiquem padrões de prevenção ou exposição ao abuso sexual, que tenham características específicas e na identificação e tratamento das consequências do abuso” (DAMACENA; DA SILVA, 2021, p.9).

Partindo do pressuposto de que os afetos associados ao abuso sexual permanecem ocultos, como a amnésia nas bases do sofrimento e do prazer inconscientes, é preciso antecipar intervenções em favor desse objeto de sofrimento. É por isso que o psicólogo ou psicanalista acompanha o paciente em seu ambiente psicoterapêutico, quebra seu silêncio, dá-lhe um lugar



e, portanto, também uma voz para chamar de "desconhecidos" seus vínculos anteriores, porque são mantidos como uma espécie de segredo para si mesmo e outros:

Aqueles com olhos para ver e ouvidos para ouvir logo se convencem de que os mortais não podem esconder nenhum segredo. Quem se cala com os lábios fala com a ponta dos dedos; escorre por todos os poros. Portanto, a tarefa de tomar consciência do que há de mais oculto na psique é perfeitamente realizável (FREUD, 2021, p. 63).

Daí a ideia de que a psicanálise pode ser considerada uma ferramenta terapêutica através da fala, e não podemos esconder "segredos" inconscientes porque eles não vão parar de aparecer na análise.

Portanto, o tratamento psicanalítico no caso de abuso sexual infantil (trauma) está pautado nos princípios norteadores da ética médica da clínica, que são: empatia; a hospitalidade e a saúde do analista adaptam-se aos movimentos espontâneos e agressivos do cliente (PORTOLONI; SCIARRA, 2020, p. 122).

Assim concluimos que ao oferecer a palavra, oferecemos também acolhimento deste “filho adulto”, ou seja, um adulto que carrega as cicatrizes do abuso sexual na infância. Isso possibilita a repetição desses "apegos", abusos e traumas na infância, que se refletem na fase adulta e evidenciam prejuízos à saúde mental.

Benghozi (2010) afirma também que as situações de violência intrafamiliar, sejam situações de maus-tratos, seja abuso sexual, nos colocam diante do que ele denomina patologias dos continentes genealógicos familiares. O que significa que a “violência que se repete de geração em geração, traduz a transmissão inter e transgeracional de um inconfessável, inominável, indizível não elaborado, que não foi simbolizado pelas gerações anteriores, mas que elas não puderam deixar de transmitir” (Benghozi, 2010, p. 153).

Benghozi (2010) considera o trabalho psicoterapêutico fundamental para evitar a repetição das falhas, dos buracos, no continente genealógico familiar. E aponta para o enorme valor deste para as vítimas atuais do abuso sexual, mas também na prevenção da saúde psíquica das crianças que virão, os não nascidos. (2010, p. 30)

É necessário tomar a família como um todo, analisá-la de maneira integrada, considerando não apenas cada membro em separado, mas refletindo sobre suas relações e não se esquecendo do contexto social. Quando o bebê nasce, vive uma relação simbiótica com a mãe, que vai dando significado à sua vida, às suas sensações e há um processo de erotização do filho, mas que se faz necessário para seu desenvolvimento emocional. Entretanto, há um limite para essa relação, caso contrário também se torna abusiva e pode trazer danos ao desenvolvimento, sendo fundamental que, nesse momento, um terceiro, o pai, coloque limites (SANTEIRO et al., 2014, p. 98).

Com a chegada de um filho, “o casal precisa adaptar-se à nova configuração familiar” e o sucesso desse processo está bastante ligado às experiências vividas por eles na infância. Se não puderam viver psicologicamente um relacionamento a três, as dificuldades para abandonar a vida a dois e experimentar a relação triangular serão maiores (Santeiro et al., 2014).

Santeiro et al. (2014) apontam para a importância de que o casal parental se sinta incluído no processo de chegada de um filho, na medida em que é de acordo com as relações estabelecidas que a estrutura familiar é construída. Quando os cônjuges conseguem refletir e compartilhar sobre suas vivências como filhos e pais, estão dando passos importantes para um desenvolvimento mais saudável da família, no sentido de evitar que os segredos familiares se mantenham e perpassem gerações até resultarem no adoecimento familiar pela ausência de elaboração. Quando o adoecimento está instalado, no caso de famílias assombradas pelo abuso sexual:

A criança, diante da impossibilidade de compreender o que se passa na relação abusiva estabelecida com um adulto, se identifica com o agressor, introjetando inclusive o sentimento de culpa decorrente desta agressão. O assujeitamento silencioso diante dessas situações persiste nas vítimas de abuso, imprimindo a marca da compulsão à repetição em seus relacionamentos amorosos e em sua vida sexual na idade adulta. (RAMOS, 2010, p. 84)

Almeida Prado e Féres-Carneiro (2005) descrevem como consequências das relações com adultos abusadores a possibilidade de rupturas e distorções do ego, visto que há uma quebra da confiança naqueles. É comum acontecer, quando adolescentes, que algumas vítimas se tornem promíscuas, pela necessidade do toque e do afeto, ou por terem o sexo como moeda de troca, forma de pagar ou agradecer por algo; é um meio de se relacionar com o mundo. Outras pessoas podem ter dificuldades para se relacionar, ficando mais isoladas e até depressivas. As autoras apontam para a possibilidade da reprodução de relações utilitaristas, como a escolha amorosa de parceiros que buscam interesses próprios.

Simplificando o que foi exposto, a criança que sofreu o abuso sexual e não pôde dar significado a isso destrói uma parte de si para conseguir sobreviver, e a outra parte é tomada pela culpa do agressor. Por isso, passa a ser madura e sábia, entretanto, de uma forma artificial, já que se molda ao que vem do exterior, daí a submissão e obediência (Lejarraga, 2008).

### 3. METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido com base em pesquisa realizada no planejamento de uma revisão narrativa de literatura científica. Uma forma de analisar os estudos realizados a partir de um olhar reflexivo, buscando avançar para novos paradigmas:

Esta é uma maneira não sistematizada de olhar para a literatura. É importante buscar atualizações sobre determinado tema e fornece suporte teórico ao avaliador em um curto espaço de tempo. Também pode ser útil para descrever o estado da arte de um determinado assunto de uma perspectiva teórica ou contextual (CASARI et al. 2020, p. 1).

Para esta pesquisa, foi realizado um estudo bibliográfico sobre os seguintes temas: abuso sexual na infância; abuso sexual doméstico e extrafamiliar; abuso sexual e silêncio; abuso sexual e consequências psicológicas. Os portais de pesquisa que subsidiaram as análises foram o SciELO (Scientific Electronic Library Internet) e o Google Acadêmico (Google Academic).

A pesquisa é um processo formal com um método de pensamento reflexivo que leva ao processamento científico que abre caminho para conhecer a realidade e descobrir verdades parciais. Toda pesquisa deve ser baseada em uma teoria que ajude a analisar o problema como ponto de partida. Como um mecanismo científico, a teoria é usada para conceituar os tipos de dados que estão sendo analisados. (MARCONIS; LAKATOS, 1996, p. 50).

Os critérios de seleção incluíram materiais teóricos que tratam do abuso sexual infantil e suas consequências para a vida adulta, bem como materiais disponíveis na Internet; primeiro optou-se por fazer uma seleção de acordo com os títulos, depois os resumos e pôr fim a leitura geral do texto. Em seguida, realizou-se leitura analítica para sistematizar as informações e identificar discussões relacionadas ao tema da pesquisa.

Este projeto está engajado em uma pesquisa que visa descrever e documentar qualitativamente. Esse tipo de pesquisa bibliográfica “pode ter vários níveis de aplicação, mas deve incluir pelo menos os estudos clássicos sobre o tema em questão e as pesquisas mais atuais sobre o tema” (MINAYO, 2008, p. 184). A pesquisa exploratória é altamente colaborativa

porque oferece suporte a uma abordagem qualitativa para aprender sobre o fenômeno que está sendo estudado.

Segundo Minayo a pesquisa qualitativa se define em:

Na pesquisa qualitativa, a objetividade ou o processo de pesquisa, que reconhece a complexidade do propósito das ciências sociais, teoriza, avalia criticamente o conhecimento coletado, forma conceitos e categorias, usa técnicas apropriadas e faz análises ao mesmo tempo, específico e ao mesmo tempo contextual (MINAYO, 2005, p. 62).

Além disso, a pesquisa visa determinar com precisão a frequência do fenômeno, a conexão com outros indivíduos, características comportamentais e individuais. (CERVO, 1996, p. 65).

Diante dessa dinâmica tão dependente, buscamos refletir sobre a reflexão de e Johnson (2007) sobre os aspectos do conhecimento e das organizações que devem nortear a pesquisa investigativa. O desafio de romper com essa realidade é aprimorar o que é fundamental para a compreensão do abuso sexual, que sinaliza complexidade.

O principal objetivo da pesquisa qualitativa é encontrar métodos que surjam após cuidadosa documentação e análise do tópico de pesquisa. Que pode ser a descoberta fundamental da base filosófica da abordagem qualitativa.

Laplanche e Pontalis (1970, p. 58) entendem a psicanálise como um campo de tratamento, uma teoria psicológica e um método de investigação e pesquisa. Nogueira (2004, p. 3) acrescenta que essa tríade está sempre conectada, percebendo que não é possível pensar a pesquisa psicanalítica sem considerar a conexão analítica. No entanto, o mesmo autor afirma que o objeto de investigação na psicanálise são as manifestações do inconsciente. Nesse sentido, esta pesquisa está ancorada em um método psicanalítico pautado na escuta competente e singular, que permite o acesso ao sujeito do inconsciente no contexto do atendimento a crianças vítimas de abuso sexual.

Tais questões nos estimulam a explorar alguns conceitos freudianos e lacanianos como trauma, repetição, fantasia pulsional de morte, fantasia básica, silêncio, segredo, sem palavras, entre outros, para pensar sobre essa articulação. Assim, quando pensamos no segredo da violência sexual (o segredo como expressão possível do não contar), pensamos em abordá-lo sob três perspectivas: o que não é contado entre gerações (segredos de família), o que não é contado sobre algo reprimido (quando nada é dito porque talvez não se lembre de algo de uma experiência anterior) e sigilo consciente - a escolha de alguém de não compartilhar uma experiência específica (CHAGAS, 2014, p. 90).

Com essa perspectiva, os autores estabelecem uma definição mais assertiva para que se tenha entendimento acerca da cultura da violência dentro de uma sociedade:

A transição entre gerações pode nos dar a oportunidade de pensar na prevenção. Nesse caso, em mulheres que sofreram violência sexual, foi possível estimular a interrupção desse ciclo de repetições e, assim, prevenir a violência sexual contra crianças nas gerações futuras (CHAGAS, 2014, p. 92).

Sabemos que falar ou não falar sobre determinado acontecimento é, muitas vezes, um ato consciente em que o sujeito opta por revelá-lo ou mantê-lo em segredo. Sabemos também que essa escolha, mesmo que seja feita de forma consciente, muitas vezes é resultado de uma ação inconsciente do falante. Dessa forma, nosso inconsciente nos move de alguma forma, interrompendo nossas escolhas e conexões sociais:

(...) amamos nosso ente querido não por quem ele é, mas porque ele tem uma qualidade que o torna desejável aos nossos olhos. (...) assim, se por algum motivo somos obrigados a guardar algo que nos é desconhecido, sabemos que é porque tem algo parecido com algum outro objeto que amamos, mesmo que o amássemos, ainda que não saibamos o que é (SILVA, 2007, p. 34).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa em questão foi aprofundar o conceito de abuso sexual de crianças do ponto de vista dos direitos sexuais, portanto, silenciar a discussão sobre esse tema na sociedade era problemático. Pensar no papel do psicólogo no contexto da violação dos direitos sexuais infantis é uma tarefa excepcional. É necessário lidar com as indagações polêmicas que afetam o estado moral da maioria da população, mas ao mesmo tempo é de extrema importância evitar prejuízos primários e secundários ao pleno desenvolvimento desses sujeitos. O abuso sexual, se ocorrer no início da vida, pode se tornar um trauma profundo que afeta diretamente a qualidade de vida da vítima.

Solomon et al. (2013, p. 23) “mostram que a depressão é a doença que mais afeta as vítimas de abuso sexual infantil”. Tendo em vista que esse tipo de violência é um fenômeno social que viola os direitos humanos e causa sérios danos à saúde mental e física das vítimas, é importante abrir a discussão sobre a prática dos profissionais que atuam na rede de Atendimento a Vítimas de Violência. A educação profissional parece ser um meio eficaz para mudar a realidade, um momento para desafiar a gramática da exclusão social sustentada pelo machismo, misoginia e racismo.

Por outro lado, também é necessário trabalhar com os autores de violência sexuais que foram muitas vezes vítimas de violência na infância, ou seja, o autor de violência sexual provavelmente vem de um passado de violação de direitos.

Com base no que foi exposto neste estudo, parece que o incesto é um dos tipos de violência que ocorre na família e talvez um dos mais difíceis de administrar, pois amor e violência ocorrem na mesma prática. Também é menos discutido, debatido e até tratado de forma diferente em cada sociedade.

Conforme mencionado anteriormente, as consequências do abuso sexual variam dependendo da conexão entre a criança/jovem e seu autor de violência sexual. Na maioria dos casos, o incesto tem consequências mais graves e duradouras.

Pode-se ainda observar que em situações de violência sexual, o adulto que deveria proteger a criança/jovem torna-se uma ameaça para a criança/jovem, que se sente impotente e muitas vezes culpado na situação percebida. Deve-se notar que, mesmo que uma criança/jovem não apresente sintomas externos ou óbvios, ela pode estar sob muito estresse emocional, o que é ainda mais prejudicial. Deve-se notar também que, como indica o texto a violência sexual tem muitas consequências, inclusive o incesto, que deixa marcas profundas e irreversíveis na vida da vítima. Ao denunciar o abuso, é importante que a vítima se sinta protegida e segura para falar sobre o abuso que sofreu e receber reconhecimento e apoio, pois este é um momento de muita fragilidade. Além disso, são necessários profissionais capacitados para identificar casos de violência sexual contra crianças e adolescentes e trabalhar com medidas preventivas e curativas para superar essa violência.

Como pôde ser analisado por meio deste trabalho, a experiência do abuso sexual é um evento traumático, que tem efeitos negativos na organização psíquica das vítimas, podendo trazer prejuízos consideráveis para a subjetividade, pois crianças e adolescentes estão se desenvolvendo física e psiquicamente e, de repente, são expostos a algo que não podem processar e para o qual não se encontram maduros para consentir. Desse modo, ao vivenciarem tal tipo de situação, podem ser afetados em todos os aspectos da vida – físico, cognitivo, psicológico e social.

Quando se avalia o impacto do abuso sexual para a vítima, é necessário considerar alguns fatores, como a vulnerabilidade e a resiliência da criança/adolescente, se há suporte social e afetivo, qual o tipo de violência, sua duração, como foi revelada e a reação de quem recebeu a notícia, já que não se pode esquecer que os efeitos estão diretamente ligados à história de vida do indivíduo, à sua constituição psíquica, à reação do meio diante da revelação do abuso sexual, à capacidade e à possibilidade de simbolizar o vivido.

A pesquisa apontou para a importância de se contemplar a intersubjetividade e refletir sobre o fenômeno no interior das famílias, tendo como certo que as consequências do abuso sexual estão para além do indivíduo. Não se pode desprezar a dinâmica familiar, os detalhes da história de vida dos integrantes, o tipo de vínculo que os envolvem e os processos que permeiam suas relações.

É certo que elementos do mundo psíquico das gerações anteriores são transmitidos às gerações subsequentes, e essa bagagem é transmitida, em sua maioria, pela via inconsciente. É a transmissão psíquica transgeracional, que diz respeito a questões de interdição, recalque dos desejos edípicos, sentimento de culpa, aquilo que não pode ser dito, ou pensado, ou elaborado,

um material bruto que não foi simbolizado e é perpetuado, via inconsciente, entre gerações. O trauma cola-se ao psiquismo da geração seguinte trazendo repetição pela falta de sentido.

Enfim, tomando por base o conceito de abuso sexual e sua causalidade multifatorial, envolvendo aspectos históricos, sociais e psicológicos, com ênfase nas consequências intrapsíquicas e intersubjetivas, faz-se extremamente necessário que os profissionais busquem ampliar a visão e aprofundar as pesquisas acerca do assunto, a fim de trabalhar com um suporte teórico adequado, consciência e respeito às vítimas e suas famílias.

É importante desenvolver um bom trabalho preventivo com a sociedade e com a família ou mesmo subnotificação por medo ou culpa da vítima sobre as consequências de denunciar a desagregação familiar. É por isso que as salvaguardas nacionais que visam garantir os direitos humanos de todas as pessoas por meio da implementação e investimento em políticas públicas são importantes. Por fim, entendemos que o debate sobre os direitos sexuais deve ser promovido tentando desmistificá-los como assunto privado da vida adulta, entendendo os direitos sexuais também como direito à informação, liberdade e autonomia.



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Prado, M. C. C., & Féres-Carneiro, T. (2005). **Abuso sexual e traumatismo psíquico**. *Interações*, 10(20), 11-34.
- ARPINI, M. D., Siqueira, A. C., & Savegnago, S. D. O. (2012). **Trauma psíquico e abuso sexual: o olhar de meninas em situação de vulnerabilidade**. *Psicologia: teoria e prática*, 14(2), 88-101.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC. 1981.
- AZEVEDO, M.A, **Projeto de Pesquisa: A violência doméstica contra crianças e adolescentes no município de São Paulo**. São Paulo. 1990.
- AZEVEDO, M.A., et al. **Infância e violência intrafamiliar: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez; 1993.
- AZEVEDO, M.A; GUERRA, V.N.A. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- AZEVEDO, E. C. **Atendimento psicanalítico a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2001. 66-77 p.
- BAPTISTA, R. S. et al. **Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificado em um Programa Sentinela**. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo: v. 21, n. 4, 2008. 602-608 p.
- BOROTO, Ivonicleia Gonçalves; SENATORE, Regina Célia Mendes. A sexualidade infantil em destaque: algumas reflexões a partir da perspectiva freudiana. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, p. 1339-1356, 2019.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 09 novembro 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Cartilha do Impacto da Violência na Saúde das Crianças e Adolescentes Prevenção de Violências e Promoção da Cultura de Paz**, Brasília - DF, 2005.
- BENGHOZI, P. (2010). **Malhagem, filiação e afiliação. Psicanálise dos vínculos: casal, família, grupo, instituição e campo social**. São Paulo: Vetor.
- BIDAUD, E. **O que resta da sexualidade infantil? Estilos da Clínica**. São Paulo: v. 18, n. 2. 318-326, 2013 p.
- BIRMAN, J. **Arquivo e memória da experiência psicanalítica: Ferenczi antes de Freud, depois de Lacan**. Rio de Janeiro: Contracapa. 2014.

CASARIN S. T.; PORTO, A. R.; GABATZ. I. B.; BONOW, Clarice A.; RIBEIRO, J. P.; MOTA. M. S. **Tipos de revisão de literatura: considerações das editoras do Journal of Nursing and Health.** J. nurs. health. UFPel. 2020.10 p.

CARVALHO, C. S. et al. **Direitos sexuais de crianças e adolescentes: avanços e entraves.** Psicologia Clínica. Rio de Janeiro: 2012. v. 24. n. 1. 69- 88 p.

CERVO, A. L.; BERVIAN, A.P. **Metodologia científica.** 4ª edição. São Paulo: MAKRON Books, 1996.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 013, de 14 de setembro de 2007. **Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro.** Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/Resolucao\\_CFP\\_nx\\_013-2007.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/Resolucao_CFP_nx_013-2007.pdf). Acesso em: 16/11/2022.

CORREA, O. B. R. (2007). **O transgeracional na violência intrafamiliar.** In O. B. R. Correa (Org.). Grupo familiar e Psicanálise: ressonâncias clínicas (pp. 53-67). São Paulo: Vetor.

COSTA. J. F. **Violência e psicanálise.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Graal. 2003.

CHAGAS, L.F. **Afinal, segredo de quê? Uma leitura metapsicologia da função do segredo na violência sexual e o atendimento em instituição de saúde.** Dissertação de Mestrado – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Cromberg, R.U. Cena Incestuosa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

DAMACENA, D.; DA SILVA, G. **O uso do ludo terapia em caso de abuso sexual contra crianças.** Monografia curso de Psicologia do Centro Universitário UNA Cidade Universitária. Belo Horizonte MG, 2021.

DESLANDES, S.; MENDES, C. H. F.; LIMA, J. de S. and CAMPOS, D. de S. **Indicadores das ações municipais para a notificação e o registro de casos de 57 violência intrafamiliar e exploração sexual de crianças e adolescentes.** Cad. Saúde Pública [online]. 2011, vol.27, n.8, pp. 1633-1645. ISSN 0102-311X.

**ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE.** Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990. [online]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm). Acesso em 09 de set. de 2015.

FALEIROS, E. T. S. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes.** Brasília: CECRIA. 2000.

FERENCZI, S. (2011). **Confusão de língua entre os adultos e a criança: a linguagem da ternura e da paixão.** In S. Ferenczi. Obras Completas Psicanálise (pp. 111-121). São Paulo: Martins Fontes.

FERRARI, D. C. A. **Definição de abuso na infância e na adolescência.** Em D. C. A. Ferrari & T. C. C. Vecina (Orgs.), O fim do silêncio na violência familiar: Teoria e prática. São Paulo: Ágora, 2000.81- 94 p.

FERENCZI, S. **Confusão de línguas entre adultos e crianças: a linguagem da ternura e a linguagem da paixão.** In: Obras Completas, vol. IV, São Paulo: Martins Fontes, 1992, 347-356 p.

FURNISS, T. **Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal integrados.** Traduzido por Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FRANÇA, Cassandra Pereira. **Um corpo maculado na infância: a necessidade de intervenção precoce dos profissionais de saúde.** Pesquisas e Práticas psicossociais, v. 12, n. 3. 2017. 1-10 P.

FREUD, S. **Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud: Um Caso de Histeria, Três Ensaios sobre Sexualidade e outros trabalhos.** Rio de Janeiro: Iago Editora, 2021.

FREUD, S. **Conferências introdutórias sobre psicanálise.** In: S. Freud, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. (J. Salomão, trad., Vol. 16. Rio de Janeiro, RJ: Imago. 1976. 249-463 p. (Trabalho original publicado em 1917).

FREUD, S. **Recordar, repetir e elaborar.** E.S.B., vol. XII, Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Trabalho original publicado em 1914).

FLORENTINO, B. R. B. **As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes.** Fractal, Rev. Psicol. Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 139-144, Aug. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/dPY6Ztc8bphq9hzdhSKv46x/?lang=pt>. Acesso em 22 out.2022.

GABEL, M. **Crianças vítimas de abuso sexual.** São Paulo: Summus. 1997.

HAYECK, C. **Refletindo sobre a violência.** 1.ed. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. 8 f. D. 2009.

IPPOLITO, R. **Guia escolar: Métodos para identificação de sinais de abuso e a exploração sexual em crianças e adolescentes.** Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação. 2003.

LACAN, J. **Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise.** In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 238-324 p.

LAPLANCHE, J., & Pontalis J. B. **Vocabulário da Psicanálise.** Martins Fontes, São Paulo: SP. 1991. Disponível para download em: <https://lotuspsicanalise.com.br/biblioteca/Laplanche-e-Pontalis-Vocabulario-dePsicanalise.pdf>. Acesso em 25 abril. 2023.

LAPLANCHE, J. & Pontalis, J. B. **Vocabulário de psicanálise.** Lisboa: Moraes. 1967/1970.

LEITE, H. **R7, em Brasília,** 18/05/2022 - 02H00 (ATUALIZADO EM 18/05/2022. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/ apenas-10-dos-casos-de-violencia-sexual-infantil-sao-denunciados-no-brasil-18052022>.

LEJARRAGA, A. L. (2008). **Clínica do trauma em Ferenczi e Winnicott.** *Natureza Humana*, 10(2), 115-148.

LIMA, C. M. **Infância ferida**: os vínculos da criança abusada sexualmente em seus diferentes espaços sociais. Curitiba: Juruá, 2011.43p.

MANDELBAUM, Belinda; SCHRAIBER, Lilia Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flávia PL. **Violência e vida familiar**: abordagens psicanalíticas e de gênero. Saúde e Sociedade, v. 25. 2016. 422-430p.

MACHADO, L.Z. **Famílias e individualismo**: tendências contemporâneas no Brasil. Brasília: Serie antropologia 291, 2001.

MACHADO, A. (2002). **Novas configurações familiares, abuso sexual e discriminação de papéis na família**. In M. L. Agostinho & T. M. Sanchez (Orgs.). Família: conflitos, reflexões e intervenções (pp. 83-90). São Paulo: Casa do Psicólogo.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**.3. ed. São Paulo: Atlas, 1996,231p.

MARTINEZ, V. C. V. "**Suzana e os velhos**": sedução, trauma e sofrimento psíquico. Psicologia em Estudo. 2012. 475-485 p.

Mendes, A. P. N., & França, C. P. (2012). **Contribuições de Sándor Ferenczi para a compreensão dos efeitos psíquicos da violência sexual**. Psicologia em Estudo, 17(1), 121-130.

MINAYO, M.C.S. **O significado social e para a saúde da violência contra crianças e Adolescentes**. In: WESTPHAL, M.F. (Org.). Violência e criança. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2002.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11.ed. São Paulo: Hucitec, 2008.184 p.

MINUCHIN, Salvador; CUNHA, Jurema Alcides. Famílias: funcionamento & tratamento. In: **Famílias: funcionamento & tratamento**. 1990. p. 238.

NUNES, C. A. **Desvendando a sexualidade**. 5. ed. Campinas-SP: Papyrus, 1987.

NOGUEIRA, L. C. **A pesquisa em psicanálise**. Psicologia USP, ed.15. 2004. 83-106 p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. CID-10: **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde**. 10. ed. rev. São Paulo: Edusp. 3 v. 2010.

OLIVEIRA, A. B. **Introdução: Saúde e vitimização**. Em M. A. Azevedo & V. N. A. Guerra (Orgs.), **Crianças vitimizadas: A síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu.1989. 99-103p.

OLIVEIRA, S. R. **Onde está você agora além de aqui, dentro de mim? O luto de mães de crianças desaparecidas**. Dissertação de mestrado, Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. RJ. 2008.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

PEREIRA, S. M.; FERRIANI, M. G. C.; HIRATA, M. C. **Adolescer: compreender, atuar, acolher: Projeto Acolher/ Associação Brasileira de Enfermagem.** Brasília: ABEn, 2001. 304p.

PERÓN, P. R. **Considerações teóricas freudianas sobre o trauma.** Psicologia revista, v. 16. n. 1/2. 2007. 13-27 p.

PIZA, L. A, S. **A criança como sujeito e como objeto entre duas formas de investigação do abuso sexual.** Psicologia Clínica, v. 26. n. 2, 2014. 63-85p.

PFEIFFER, L.; SALVAGNI, E. P. **Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência.....** Jornal de pediatria, Rio de Janeiro, v. 81, supl. 5. nov. 2005. 197-204p.

PORTOLANI, T. P.; SCIARRA, A. M. P. **A violência infantil com destaque ao abuso sexual sob intervenções psicanalíticas.** Educação, Psicologia e Interfaces, Volume 4. Número 1.2020. 114-126p.

POHL, K. **A violência sexual na infância: uma leitura psicanalítica sobre o corpo.** Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia. 2018.

RAMOS, M. C. R. (2010). **Mães de meninas vítimas de abuso sexual: aquilo que não se pode dizer.** Dissertação de mestrado, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, Pernambuco.

REICHENHEIM, M.E, HASSELMANN, M.H, MORAES, C.L. **Consequências da violência familiar na saúde da criança e do adolescente: contribuições para a elaboração de violência infantil doméstica propostas de ação.** Ciênc. Saúde coletiva [serial on the Internet]. 1999.

RICAS, J.; DONOSOS, M.T.V.; GRESTA, M.L.M. **A violência na infância como uma Questão cultural.** Texto & Contexto Enferm. 2006. 151-4p.

RIBEIRO, M. O.; DIAS, A.de F. **Prostituição infanto-juvenil: revisão sistemática da Literatura.** Rev. esc. enferm. USP, Jun 2009, vol.43, no.2, p.465-471. ISSN 0080-6234

ROSA, M. D. **O não-dito como operador na clínica com crianças e adolescentes.** In: Pacheco Filho, R. A. et. al. (org.). Novas contribuições metapsicologias à clínica psicanalítica. Taubaté: Cabral, 2003.97-113p.

ROSA, M. D. **Histórias que não se contam: o não-dito e a psicanálise com crianças e adolescentes.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

ROSA, M. D. **O não-dito familiar e a transmissão da história.** Revista Psychê, São Paulo, ano V. n. 8. 2001. 123-137p.

SANTEIRO, T. V., Rossato, L., Juiz, A. P. M., & Gobbetti, G. J. (2014). Psicodinâmica das relações incestuosas: assassinato e renascimento da alma em Preciosa. Psicologia em Estudo, 19(1), 93-102.

SILVA, M.C.P. **Sexualidade começa na infância.** São Paulo: Casa do Psicólogo; 2007. **Características da sexualidade infantil de zero a seis anos;** p. 238- 45.

SOUZA, M.K.B.; SANTANA, J.S.S. **Concepções de Enfermeiros Gestores Municipais de Saúde sobre a Violência.** R. Enferm. UERJ, Rio de Janeiro, v.15, n.1, jan./mar. 2005. 94-99p.

SOLOMON, A. **Longe da árvore: pais, filhos e a busca da identidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SCHREINER, M. T. **O abuso sexual numa perspectiva de gênero: o processo de responsabilização da vítima.** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 8., 2008, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

TERRA, Luciana. Suspeita de abuso sexual: **Um caso de psicoterapia de uma criança de cinco anos.** Rev. bras. psicoter, v. 13, n. 2. 2011. 133-145p.

WINNICOTT, D. W. (1983). **A integração do ego no desenvolvimento da criança.** In D. W. Winnicott. **O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional** (pp. 55-61). Porto Alegre: Artmed.

ZIMERMAN, D. E. **Os quatro vínculos: amor, ódio, conhecimento, reconhecimento, na psicanálise e em nossas vidas.** Porto Alegre: Artmed. 2010.